



Projetos que beneficiam as mulheres passam na CCJ

Comissão de Justiça acolhe três propostas – defendidas por Serys Slhessarenko (foto) – que alteram o Código Civil e a Lei de Execução Penal, para resguardar direitos femininos

Página 3

Parlamentares questionam decisão do governo de enviar soldados ao Haiti

Em debate com ministros, integrantes das Comissões de Relações Exteriores da Câmara e do Senado criticam o início da movimentação das tropas antes que o Congresso tenha dado a autorização para o envio dos militares ao Haiti

Página 6

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.933 – Brasília, quinta-feira, 13 de maio de 2004



Moreira Mariz

REPERCUSSÃO Caso do jornalista norte-americano gerou amplo debate no Plenário do Senado

Senadores pedem que Lula não cancele visto de jornalista

Sarney e líderes partidários reúnem-se hoje com o presidente para sugerir que governo não expulse correspondente

O líder do governo, Aloizio Mercadante, anunciou ontem que, juntamente com o presidente do Senado, José Sarney, convidou todos os líderes partidários a participar da reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, às 9h de hoje. As Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara solicitaram a Lula que não cancele o visto do correspondente do *The New York Times*, Larry Rohter. A decisão do governo foi tema de debate no Plenário.



Roosevelt Pinheiro

Mercadante diz que líderes poderão demover Lula

Páginas 4 e 5

Comissão de Justiça aprova a criação de farmácias populares

Parecer de Antonio Carlos Magalhães favorável ao projeto que cria farmácias populares foi acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta será agora analisada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Página 3

Mantega descarta negociar valor do mínimo

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, afirmou à comissão mista que analisa a MP do salário mínimo que restrições orçamentárias impedem reajuste superior aos R\$ 20 concedidos. Segundo disse, o governo optou pela manutenção dos investimentos que gerem empregos e elevem a massa dos salários. “Fiquei sem resposta”, lamentou Paulo Paim. Já Efraim Morais e Eduardo Azeredo questionaram o ministro sobre o descumprimento, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da promessa de dobrar o poder de compra do mínimo. O presidente da comissão, Tasso Jereissati, anunciou que o parecer à MP deve ser lido hoje.

Para Mantega, restrições do orçamento impedem salário mínimo superior a R\$ 260



José Cruz

Página 3



DISCUSSÃO Proposta para debater promoção é de iniciativa de Paulo Octávio

Redução do preço de tarifa aérea gera audiência

A Subcomissão Temporária de Turismo aprovou requerimento do senador Paulo Octávio (PFL-DF) para realização de audiência sobre a suspensão, pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), da promoção da Gol que reduzira a R\$ 50 o preço de passagens para diversas cidades. A audiência será em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Também serão discutidas as campanhas promocionais da TAM, Varig e Vasp.

Deverão participar do debate o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, o chefe do DAC, major-brigadeiro-do-ar Washington Machado, e o presidente da Gol, Constantino Júnior. Durante a reunião, o consultor legislativo Victor Carvalho Pinto apresentou nota técnica, solicitada pelo senador Paulo Octávio, com o objetivo de subsidiar propostas legislativas sobre tarifas do transporte aéreo.

Também foi aprovada audiência sobre aspectos conjunturais do turismo marítimo, conforme proposta de Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Agenda

FGTS pode ser usado em caso de desastre natural

O Plenário vota hoje, em sessão que começa às 14h30, projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta. Entre eles, proposição (PLV 28/04) que autoriza o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de necessi-

dade pessoal cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural e proposta (PLV 29/04) que trata da criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária.

Sarney recebe presidente de associação de procuradores

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h o desembargador Omar Coelho de Mello, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Estado do Pará. Às 12h, Sarney recebe o

reitor da Universidade Estadual do Maranhão, Waldir Cardoso; às 12h30, o ministro da Defesa, José Viegas; e às 15h30, preside a ordem do dia, no Plenário do Senado.

Comissão vota indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores analisa hoje, a partir das 10h, três nomeações para embaixadores do Brasil no exterior. Foram indicados George Ney de Souza Fernandes, Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado e Celso Marcos Vieira de Souza para exercerem, respectivamente, o cargo de embaixador em Malauí, Santa Sé e em três ex-repúblicas soviéticas: Eslováquia, Eslovênia e Croácia.



Recurso para educação do trabalhador e dependentes



Entre os projetos em discussão na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que se reúne hoje às 11h, estão dois (PLS 287 e 223/03) que permitem a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no pagamento de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos que tenham menos de 24 anos. Além disso, inclui entre as hipóteses para a movimentação do FGTS o financiamento de curso de ensino médio e de cursos universitários para o trabalhador e seus dependentes.

Especial sobre a trajetória dos negros no Brasil

A Rádio Senado apresenta hoje, às 20h30, especial sobre a trajetória dos negros no Brasil. O programa lembra os 116 anos da libertação dos escravos no Brasil, ocorrida em 13 de maio de 1888, e questiona se, de fato, não existe discriminação racial no país. A reportagem traz ainda informações sobre a desigualdade racial e as ações adotadas para reduzi-la, como o sistema de cotas.



Avisos do TCU em pauta

A Comissão Mista do Orçamento (CMO) realiza hoje, às 10h, a continuação da reunião marcada para a terça-feira, que foi suspensa. Da pauta constam requerimentos dos parlamentares e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias da instituição em órgãos públicos.

Igualdade social

O Interlegis realiza hoje, a partir das 14h, uma videoconferência sobre igualdade social. O evento, uma iniciativa do senador Paulo Paim, conta com a presença da ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e do professor Edson Cardoso.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Reeleição: "Não desisti porque não concorri", diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, negou ontem qualquer envolvimento de ordem pessoal nas articulações em torno da emenda à Constituição que permite a reeleição dos presidentes das duas Casas do Congresso, que pode viabilizar sua recondução ao cargo. Sarney ainda contestou a versão de que teria desistido dessa alternativa.

– Não desisti porque não concorri. Então, não poderia desistir.

Sarney disse também que tem evitado discutir a reeleição, "até porque a matéria está em exame na Câmara dos Deputados". O senador lembrou que sua biografia e "a posição alcançada depois de tantos anos de vida pública", caracterizada pelas "atitudes de equilíbrio", viesse a ser comprometida "se fosse agora guerrear num assunto dessa natureza".

– Não tenho tomado partido. Sei muitas vezes desse assunto por vocês da imprensa – frisou.



Rosevelt Pinheiro

INVESTIGAÇÃO Alvaro Dias ouviu em Pernambuco depoimentos para CPI

Alvaro afirma que modelo da reforma agrária está falido

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que se encontra em Pernambuco, onde, na condição de presidente da comissão parlamentar mista de inquérito que estuda a estrutura fundiária brasileira – a CPI da Terra – verifica *in loco* a situação dos conflitos de terra, disse aos jornalistas daquele estado que o modelo de reforma agrária preconizado pelo governo está falido e dificilmente levará a bom termo sua tarefa.

– Os depoimentos aqui ouvidos deixam patente que o modelo deve ser reformulado.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SALÁRIO MÍNIMO

Mantega não responde à proposta de Paim

A proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) de construir um projeto de conversão em comum acordo com o Executivo, para alterar o aumento do salário mínimo definido em R\$ 260 pela Medida Provisória (MP) 182/04, ficou sem resposta nos debates de ontem com o ministro do Planejamento, Guido Mantega. Paim queria saber se havia espaço para essa negociação, registrando que ficou patente na comissão mista que analisa o reajuste do mínimo que nenhum parlamentar é favorável ao aumento concedido pelo governo.

Mantega, no entanto, apenas reafirmou que o governo gostaria de ter dado um aumento maior, mas que as restrições orçamentárias impedem que isso seja feito este ano. Ele declarou mais de uma vez, durante os debates, que a escolha do governo foi manter os investimentos que geram empregos e contribuem para elevar a mas-

sa de salários. “Fiquei sem resposta”, lamentou Paulo Paim, após a audiência pública.

O ministro preferiu responder a outras propostas de Paim, concordando com a desoneração da folha de salários e a mudança da base de incidência das contribuições previdenciárias para o faturamento. “É uma medida que estimula o emprego e está prevista na reforma tributária”, avaliou Guido Mantega.

Paim também propôs um reajuste anual do salário mínimo correspondente a duas vezes a variação do Produto Interno Bruto (PIB) como forma de atingir o mínimo constitucional. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apoiou a proposta de Paim dentro de uma política nacional para recuperação do poder de compra do salário mínimo. Mantega disse que isso pode ser feito com a cooperação do Executivo, do Congresso e das centrais sindicais.



RESTRIÇÕES Entre Jereissati e Paim, Mantega debate as propostas de reajuste do mínimo feitas pelos membros da comissão mista

Rodrigo Maia apresenta hoje relatório sobre MP do salário

O presidente da comissão mista que examina a medida provisória sobre o salário mínimo, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), informou que o relatório do deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) será lido hoje, a partir das 10h. A comissão deveria ter ouvido o ministro da Previdência Social, Amir Lando, na audiência de ontem, mas houve falha na comunicação com o ministro e dificilmente haverá tempo hábil para agendar audiência com ele, explicou Jereissati.

O senador também esclareceu que não terá como atender ao pedido do senador Sibá Machado (PT-AC) para marcar audiência com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Para dar resposta a protestos

contra o reajuste de R\$ 20 do salário mínimo, o vice-líder do governo, deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), levou à comissão uma cesta básica, mais quatro pacotes de biscoito, um pacote de laranja-pêra, um quilo e meio de banana-prata e três pãezinhos, para mostrar o que daria para comprar com R\$ 41, resultado do acréscimo no mínimo somado ao aumento do salário-família, de R\$ 7 para cada filho, considerando três dependentes.

Roberto Saturnino comunicou aos parlamentares que havia recebido telefonema do secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, Márcio Pochmann, contestando a informação de que teria dito que o aumento maior do salário mínimo gera desemprego.



DECISÃO Ao lado de César Borges e Demostenes, Antonio Carlos (D) justifica voto favorável ao projeto

CCJ aprova criação de farmácias populares

■ Estabelecimentos deverão vender genéricos a preços tabelados. Proposta agora vai à CAS

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter não terminativo, projeto que trata da criação das farmácias populares. O voto do relator, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi acolhido por unanimidade e agora a proposição vai à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto que cria a rede de farmácias populares foi proposto pelo então deputado Eduardo Jorge à Câmara em

1994, tendo sido aprovado naquela Casa por três comissões técnicas. A farmácia popular será um estabelecimento comercial privado, preferencialmente micro ou pequena empresa, criado por meio de contrato de franquia com o Estado para a venda de medicamentos – prioritariamente genéricos – a preços tabelados e com margem de lucro predefinida.

O relator lembrou, na discussão da matéria, que o governo federal criou um programa semelhante por meio de medida provisória, mas que não tem sido implementado na velocidade desejada. “O próprio presidente Lula já reclamou da demora na implantação das farmácias populares”, informou Antonio Carlos.

Ele lembrou que ampliar o

acesso das populações carentes aos remédios é uma providência urgente e necessária. Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiaram o projeto durante os debates.

Por decisão da CCJ, foi retirada de pauta a proposta de emenda à Constituição, de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que implanta a eleição em dois turnos para prefeito dos municípios com mais de 100 mil eleitores. A medida afetaria 87 municípios, mas não em tempo para o pleito deste ano. O relator, José Maranhão (PMDB-PB), é favorável à aprovação, mas o senador César Borges (PFL-BA) está elaborando voto em separado contra a medida.

Projetos asseguram direitos para a mulher

Três projetos tiveram pareceres favoráveis aprovados ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter não terminativo. As propostas tratam de importantes medidas para resguardar os direitos femininos. O PLC 103/02, relatado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), modifica o Código Civil para determinar que o abandono justificado do lar por um dos cônjuges, em virtude de iminente risco à sua integridade física, ou à de seus filhos, não acarretará a perda de direitos para o cônjuge no caso de posterior separação judicial. A vítima deve provar as agressões mediante ocorrência policial.

O segundo é o PLC 73/01, de autoria da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que torna mais simples a conversão da chama-

da união civil estável em casamento. A senadora Serys defendeu sua aprovação na forma de substitutivo que altera dispositivos do Código Civil.

A nova redação, dada pelo relator Magno Malta (PL-ES), dispensa de qualquer ritual ou cerimônia – inclusive a publicação de proclamas – a conversão em casamento da união civil estável de qualquer duração que puder ser comprovada. Por união estável entende-se, pelo Código Civil, a “convivência pública, contínua e duradoura, com o intuito de constituir família, celebrada entre homem e mulher”.

Já o PLC 105/03, também relatado pela senadora Serys Slhessarenko, altera artigo da Lei de Execução Penal para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições míni-



PRESERVAÇÃO Serys relata os três projetos que resguardam direitos femininos

mas de assistência.

O parecer favorável a essa proposta foi aprovado com duas emendas, uma alterando a ementa do projeto e outra, sugerida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em nome da liderança do governo, inserindo no texto a expressão “observadas as normas de finanças públicas aplicáveis”, para que se possa atender à lei somente quando houver os recursos financeiros.

IMPrensa

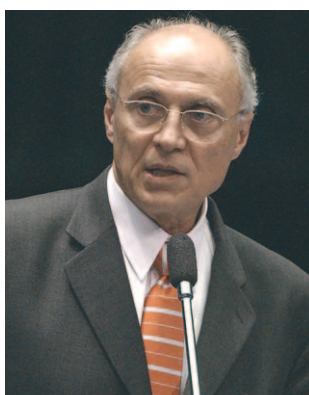
Parlamentares pedem que governo não expulsa jornalista do *NY Times*

Os integrantes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado decidiram ontem solicitar ao governo que não cancele o visto do correspondente do jornal *The New York Times*, Larry Rohter, autor de reportagem segundo a qual a sociedade brasileira estaria preocupada com possíveis excessos do presidente Lula no consumo de bebidas alcoólicas.

Em texto sugerido por diversos deputados e senadores, a ser apreciado pelos Plenários das duas Casas do Congresso, as comissões sugerem ao Poder Executivo que exija do jornal norte-americano a correção da reportagem "distorcida" e apre-

sentam solidariedade a Lula diante da matéria classificada como ofensiva ao presidente da República e ao povo brasileiro, por não refletir a "verdade dos fatos". Na sessão da tarde do Plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE, leu o requerimento a ser dirigido ao presidente da República.

Durante a reunião das duas comissões, o cancelamento do visto havia sido definido pelo senador Cristovam Buarque (PT-



Jane de Araújo

Suplicy lê em Plenário requerimento a ser dirigido ao presidente

DF) como um "pequeno passo autoritário".

– Sou do partido do governo, mas considero que, se tudo foi armado por forças que não sabemos, essas forças devem estar comemorando a expulsão do jornalista. Demos dimensão absur-

da a esse episódio e cometemos grave equívoco, seja ou não censura – disse Cristovam, durante a reunião conjunta das duas comissões, com a presen-

ça dos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Defesa, José Viegas Filho.

Pouco antes, Amorim havia afirmado que o cancelamento do visto do jornalista era uma "decisão de governo", uma vez que a concessão do visto não significava um direito, mas sim uma expectativa de direito. Ele assinalou ainda, em resposta ao deputado Fernando Gabeira (sem partido-RJ), que a questão não deveria ser vista pelo ângulo da liberdade de imprensa.

Fernando Gabeira expressou seu protesto pelo cancelamento do visto e disse que nunca havia presenciado reação "tão estranha" de um governo à publicação de uma reportagem.



Roosevelt Pinheiro

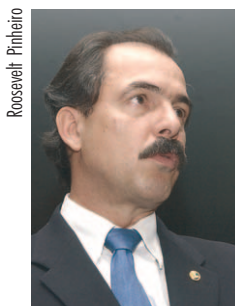
Ideli: "Querem desqualificar a liderança do Brasil"

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), ressaltou ontem que "a soberania do nosso país está por trás dessa discussão" em torno da decisão do governo de expulsar o

correspondente do jornal *The New York Times*, Larry Rohter. Para ela, a posição do jornal em defesa da matéria e do jornalista não é gratuita e "tenta desqualificar e desmontar uma liderança política que está encabeçando embates em todos os organismos internacionais".

Ideli lembrou a recente vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), em relação ao comércio de algodão, e o fato de a revista *Time* haver incluído o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lista das cem pessoas mais influentes no mundo. "Não é uma matéria qualquer, num momento qualquer, sobre um presidente qualquer", afirmou. Ideli destacou ainda que o que está em jogo não é a liberdade de imprensa, mas o enfrentamento das nações que concentram a riqueza e "o papel fundamental que o Brasil vem desempenhando nos fóruns internacionais de comércio".

Líderes partidários fazem hoje apelo ao presidente Lula



Roosevelt Pinheiro

Repercutiu entre os senadores a decisão do governo de suspender o visto do jornalista Larry Rohter, do *The New York Times*. O assunto dominou os debates em Plenário, fazendo com que a ordem do dia começasse com 2h30 de atraso. No início da noite de ontem, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – foto –, anunciou que, juntamente com o presidente do Senado, José Sarney, convidou todos os líderes partidários a participar de uma reunião com o presidente Lula, hoje, às 9h.

Segundo Mercadante, os líderes apresentarão "argumentos bastante sólidos" para que o presidente volte atrás na decisão de cancelar o visto de permanência de Rohter. Ele disse que levará a Lula o sentimento do Senado e a sugestão de procurar a Justiça para responder à matéria jornalística.

– A melhor resposta não é o cancelamento do visto. Existem outros instrumentos, como a via jurídica, apesar da lentidão. Tenho certeza de que a reunião pode significar uma reversão do quadro – assegurou Mercadante.

Ao todo, oito senadores subiram à tribuna para falar do assunto. A oposição criticou duramente a medida. A defesa do governo coube à líder do PT, Ideli Salvatti (SC), ao senador Tião Viana (PT-AC) e ao próprio Mercadante.

– Foi um gesto atrabiliário – disse Jefferson Péres (PDT-AM), crítico da decisão.

Sarney também vai pedir que medida seja reconsiderada

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que compreendia a decisão do governo brasileiro. À noite, por intermédio do seu assessor de imprensa, Armando Rollemberg, esclareceu que, como ex-presidente da República, não poderia deixar de ser solidário com Lula, mas que iria junto com líderes do Senado pedir ao presidente que reavalie a medida.

De manhã, ele afirmou que a decisão do governo em relação ao assunto não deveria levar em conta uma possível retaliação dos Estados Unidos. "Algumas vezes os americanos fizeram o mesmo com pessoas cuja permanência consideraram não ser interessante ao seu país", lembrou. O senador disse também que o fato de a lei utilizada para o cancelamento do visto datar do tempo da ditadura militar não invalidaria a decisão. "Temos leis de todos os tempos: as boas devem ser obedecidas", observou.

Veja a íntegra da nota assinada pelo assessor:

"Como ex-presidente da República, o senador José Sarney não poderia jamais deixar de solidarizar-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diante das agressões e calúnias por ele sofridas em matéria publicada pelo jornal *The New York Times*. Lamenta, no entanto, que a solução encontrada não seja a melhor, pois pode ensejar um debate negativo. Amanhã (quinta-feira, 13), o presidente Sarney irá ao Palácio do Planalto, com uma comissão de líderes do Senado, fazer um apelo ao presidente Lula para que seja reavaliada a decisão de cassar o visto temporário de permanência no Brasil do jornalista norte-americano."

Para Itamar, matéria prejudica interesses do país no exterior

O embaixador do Brasil em Roma e ex-presidente da República, Itamar Franco, apoiou ontem, ao sair de uma visita ao presidente do Senado, José Sarney, a decisão do governo brasileiro. Itamar considerou a medida necessária porque "a repercussão internacional foi muito grande", causando prejuízos à imagem do Brasil no exterior.

Sobre o encontro, Sarney disse que "foi uma conversa de velhos amigos, com agenda aberta". Antes de visitar o senador, Itamar foi homenageado por deputados.

Já o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, depois de se encontrar com o presidente do Senado, reafirmou a atitude de cancelar o visto do jornalista. Amorim ressaltou que não houve cerceamento da liberdade de expressão porque a matéria continha ofensas ao presidente da República.

– Nenhum país do mundo aceita que alguém vá ofender o chefe de Estado, e ofender não é criticar; críticas há aos milhares, e nunca causaram nenhuma moessa; agora, a honra nacional é diferente – esclareceu.



Jane de Araújo

AGENDA ABERTA Itamar Franco visita o presidente do Senado, José Sarney

IMPrensa

Sérgio Cabral pede ao STJ *habeas corpus* para o jornalista

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) comunicou ao Plenário ter ingressado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com pedido de *habeas corpus* em favor do jornalista Larry Rohter, correspondente do jornal americano *The New York Times* e autor de reportagem que acusa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de abusar do consumo de bebidas alcoólicas. Ontem, o jornalista es-

trangeiro teve o visto de trabalho no Brasil cancelado pelo governo.

Segundo o parlamentar, a atitude do governo, ao retirar o visto do jornalista, foi "absolutamente esdrúxula e inadequada". Ele disse que o processo já está com o ministro Francisco Peçanha Martins, acompanhado de pedido de decisão liminar.

Para Sérgio Cabral, a decisão violou o inciso IX do artigo 5º da Cons-

tituição, que garante a liberdade de expressão. Acrescentou que a medida também ignorou o inciso LIII do mesmo artigo da Carta Magna, já que, mais do que cancelar o visto, ela representou a extradição de um estrangeiro por crime de opinião.

– Não podemos permitir esse precedente, não podemos assistir a isso calados – afirmou.

O representante do Rio de Janeiro afirmou que, se o governo se sen-

tiu ofendido, deveria entrar com ação indenizatória na Justiça, seja a brasileira ou a norte-americana.

– Apelo para que todos os senadores e deputados se unam em torno da garantia das liberdades democráticas – conclamou Sérgio Cabral, acrescentando que agora não é mais importante discutir o que o jornalista escreveu, mas sim a garantia das liberdades democráticas e o grave precedente aberto.



Executivo dá repercussão a um episódio menor, afirma Jefferson

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), disse que "este governo, estranhamente, não precisa de adversários". Segundo o parlamentar, ao determinar a expulsão do jornalista Larry Rohter, "transformou uma vitória, que foram as críticas contra o jornalista americano, em uma derrota, um tiro no pé. Passou de vítima a vilão".

– O governo fez uma tremenda bobagem, depois de uma vitória, jogando no lixo o passado do PT.

O senador Jefferson afirmou que o governo tornou um episódio menor em "episódio de repercussão internacional". Ele declarou duvidar que todos os senadores não tenham ouvido que Lula estaria se excedendo em bebidas alcoólicas. "Não sei se isso é verdade, mas acabou no ouvido dos jornalistas."

– Será que o presidente dos EUA se importaria com uma notícia de um jornal brasileiro informando que ele estaria abusando de bebidas? Claro que ele não daria a mínima. Mas, no Brasil, o governo se disse ofendido – concluiu o parlamentar.

Virgílio apela ao governo para que reveja a decisão

Apesar de confirmar a solidariedade ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no episódio de "agressão" protagonizado pelo jornal *The New York Times*, que publicou reportagem sobre supostos excessos do presidente da República no consumo de bebidas alcoólicas, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apelou ao governo para rever a decisão de cancelar o visto temporário do autor da matéria e correspondente no Brasil, o jornalista Larry Rohter.

– Trata-se de uma medida discricionária e ditatorial, que fere o princípio da liberdade de imprensa no país – declarou.

Após classificar o gesto do presidente da República como autoritário, Virgílio advertiu que o dirigente máximo do país não pode tomar uma questão pessoal como política. "O PFL e o PSDB não podem endossar uma decisão como esta", acrescentou.

Virgílio justificou seu apoio ao voto de censura ao jornal norte-americano por entender que o ataque a Lula foi "torpe, baixo, um gesto descabido do jornalista".



Tião Viana diz que matéria ofende a nação brasileira

Ao defender, em discurso no Plenário, a medida adotada pelo governo federal, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a matéria do jornalista americano Larry Rohter, publicada no último domingo pelo jornal *The New York Times* sobre suposto abuso de bebida alcoólica por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi ofensiva não só à pessoa de Lula, mas também ao presidente da República e à nação brasileira.

Tião Viana também chamou a atenção para a exploração que o jornalista americano fez da história familiar do presidente brasileiro, lembrando o alcoolismo do pai de Lula e violência contra a esposa. Essas referências, segundo o senador, teriam tornado a ofensa ainda pior.

– Foi um ataque à biografia de um operário que chegou à Presidência para realizar o sonho de justiça social do povo brasileiro. Será que não há a necessidade de noção de pátria e defesa da honra? – questionou o senador petista.

Tião Viana classificou o seu próprio discurso de "uma reflexão mais solidária que política".

Agripino retira assinatura do voto de desagravo

A decisão do governo de cancelar o visto temporário de trabalho do jornalista Larry Rohter levou o senador José Agripino (PFL-RN) a retirar sua assinatura do voto de desagravo à figura do presidente da República, que teria sido atingida pela reportagem publicada no *The New York Times* do último domingo.

– O presidente Lula era vítima, situação atestada inclusive por nós, líderes da oposição, que assinamos o documento. Com esse gesto de cancelar o visto do jornalista, atitude que precisa ser explicada, ele transfere para Larry Rohter a posição de vítima. Mais: ele transmitiu para o mundo o recado de que no Brasil a liberdade de imprensa é relativa. Só fica aqui quem fala bem do governo – afirmou.

Na avaliação de José Agripino, que é o líder do PFL no Senado, o presidente Lula deveria rever sua posição para o bem da imagem democrática do país. Ele opinou que a melhor forma de reagir à reportagem publicada pelo *The New York Times* seria uma contestação por meios judiciais.



Para Antero, cassação de visto é medida autoritária

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), é inaceitável o "gesto autoritário" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de cassar o visto de permanência do jornalista Larry Rohter.

– É lamentável, só podemos deplorar a decisão do governo. Há 34 anos o governo brasileiro não expulsava um jornalista. Segundo a Agência Reuters, a única vez em que isso ocorreu foi em 1970, quando o regime militar expulsou do Brasil o jornalista francês François Pelou, que divulgou no exterior a lista de prisioneiros políticos que deveriam ser libertados em troca do embaixador suízo, seqüestrado pela Vanguarda Popular Revolucionária.

Antero relatou que diversas entidades, como a Associação Brasileira de Imprensa e a Associação dos Correspondentes Estrangeiros, consideraram a decisão um caso claro de censura e perseguição política de um governo democrático. Ele disse que a organização Repórteres sem Fronteiras anunciou a inclusão do Brasil na lista dos países que desrespeitam a liberdade de imprensa.

Comissões questionam envio de tropas ao Haiti

■ Membros das CREs da Câmara e do Senado criticam início da viagem dos militares sem o aval do Congresso

Fotos: J. Freitas



RESPEITO Durante debate, Celso Amorim (E) garante que operação só será realizada se o Congresso aprovar o envio das tropas brasileiras

O início da viagem de comboio militar de São Leopoldo (RS) para o Rio de Janeiro, antes da aprovação do Congresso ao envio de tropas brasileiras ao Haiti, em missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criticado ontem por parlamentares das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado, em reunião com os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Defesa, José Viegas Filho.

Já pintados com as letras UN, sigla que em inglês significa Nações Unidas, os 58 jipes percorrerão em três dias os 1.600 quilômetros de viagem até o Rio de Janeiro, de onde as tropas embarcarão em navio militar para chegar ao Haiti.

– A situação daquele país está indefinida, o presidente foi destituído, as instituições não fun-

cionam e não está claro qual será o papel do Exército brasileiro – ponderou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Já Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que gostaria de votar a favor do governo, mas perguntou o que poderia acontecer caso o Congresso negue a autorização e caso soldados brasileiros venham a morrer durante a permanência naquele país.

Em resposta, Celso Amorim lembrou que, nas negociações com a ONU, há a ressalva de que a operação precisaria ter o aval do Legislativo.

– Os tanques podem já estar pintados, mas, se o Congresso

não aprovar, eles não irão ao Haiti – assegurou Amorim.

José Viegas assinalou que a missão oferece pouco risco aos soldados brasileiros, e observou que, nos últimos três meses, não houve baixas nas forças interinas que estão no Haiti.

Presente à reunião, Marcelo Crivella (PL-RJ) disse que as verbas destinadas às Forças Armadas têm sido insuficientes e defendeu a destinação ao Ministério da Defesa de parte do superávit obtido pelo governo.

Após o debate, as comissões adiaram a votação do pedido do governo para o envio das tropas ao Haiti.

Serys repudia intervenção militar

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) repudiou ontem a intervenção militar no Haiti por tropas internacionais – inclusive do Brasil – amparada em decisão da Organização das Nações Unidas (ONU). No entender da parlamentar, a ocupação do Haiti faz parte de uma estratégia de dominação dos Estados Unidos, desta vez com a colaboração da França.

Depois de citar uma série de ações norte-americanas, como a invasão da Guatemala em

1954, o apoio ao golpe de Estado no Chile, em 1973, a invasão de Granada, em 1983, e o golpe de Estado no Haiti, em 1991, a senadora mato-grossense lembrou que o presidente deposto, Jean-Bertrand Aristide, chegou ao poder em 1990 pelo voto direto, mas, destituído sete meses depois, voltou ao poder com o apoio dos Estados Unidos, em 1994, numa “guinada autoritária e repressiva”.

– A intervenção no Haiti objetiva claramente aumentar a

pressão sobre Cuba, Venezuela e também sobre a Argentina.

Escravidão

A senadora também leu trechos da “Carta de Mãos Dadas por Mato Grosso”, divulgada em alusão ao 13 de Maio, dia da Abolição da Escravatura. Assinada por várias entidades reunidas no Primeiro Fórum de Debate pela Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante, a carta manifesta a preocupação dos signatários com a escravidão contemporânea.

José Viegas explica contrato com a FGV

A pedido do senador José Agripino (PFL-RN), o ministro da Defesa, José Viegas Filho, apresentou ontem, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado, explicações a respeito de contrato firmado entre sua pasta e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para modernizar a gestão das Forças Armadas.

Agripino demonstrou preocupação com o conteúdo de reportagem a respeito do te-

ma, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, e com a falta de um desmentido formal do ministério. Ele perguntou se o contrato era de “real interesse” das Forças Armadas.

De acordo com o ministro da Defesa, o contrato – no valor de R\$ 1,9 milhão – foi firmado com dispensa de licitação por ser a FGV uma instituição de “inquestionável reputação”, como exige a Lei das Licitações. Ele classificou a reportagem como “desinforma-

da” e as informações nela contidas como “obviamente infundadas”. Por isso, afirmou não ter sido necessária uma resposta oficial.

Viegas informou que o principal objetivo do convênio com a FGV é o aperfeiçoamento da gestão administrativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O ministro citou como primeiros resultados desse processo a cooperação das três Forças em áreas como a saúde e a informática.

Aprovada a criação da carreira de perito do INSS

O Plenário do Senado aprovou ontem a criação da carreira de perícia médica da Previdência Social, proposta que foi encaminhada ao Congresso por meio da Medida Provisória 166/04, substituída por projeto de lei de conversão (PLV 26/04). Será aberto concurso para a contratação de 3 mil médicos peritos, mas em caráter emergencial poderão ser credenciados profissionais, para não prejudicar a concessão e a manutenção de benefícios previdenciários.

A contratação temporária foi o único ponto polêmico da MP, elogiada por todos os senadores como uma boa saída para a greve que paralisou os serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos primeiros meses do ano. Na opinião do relator, senador Efraim Morais (PFL-PB), a possibilidade de credenciamento por dois anos traz “preocupação”. Para o senador Romeu Tuma (PFL-SP), o melhor seria que se providenciasse o concurso. E a senadora Heloísa Helena (sem parti-

do-AL) observou que o artigo 24 da matéria não estabelece um limite para o número de contratados temporários.

Em resposta às preocupações desses e de outros senadores, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), assegurou que a intenção do Executivo é realizar o concurso o mais rápido possível, sobretudo porque há a expectativa de aposentadoria de cerca de 650 médicos que ocupam cargos públicos. Mercadante disse acreditar que a contratação temporária deverá durar no máximo um semestre, período necessário para a seleção e o treinamento dos novos peritos.

Tanto o líder do governo quanto o senador Tião Viana (PT-AC) destacaram os benefícios que a criação da carreira de perito trará para a população de baixa renda.

– Os pobres sofrem com a burocracia – observou Viana.

Já o senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou o excesso de medidas provisórias que chegam ao Congresso.



PROJETO COMUM Ao saudar Freddy Ehlers (E), Jefferson Péres lembra a “utopia realizável” de integração da América do Sul

Parlamentar equatoriano pede união sul-americana

No início da reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) da Câmara e do Senado, ontem, o parlamentar equatoriano Freddy Ehlers, vice-presidente do Parlamento Andino, defendeu a construção de uma instituição parlamentar que una todos os países sul-americanos.

– Quando perguntaram a Simon Bolívar se não era cedo para a independência dos nossos países, ele respondeu que já se haviam passado 300 anos. Agora podemos dizer que já esperamos 200 anos e que é hora

de nos unirmos e de assentarmos as bases para um Parlamento sul-americano – destacou Ehlers.

A proposta foi bem acolhida pelo presidente da CRE do Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP), que disse ser também sua intenção trabalhar pela união do continente. Ao saudar o parlamentar equatoriano, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) recordou a “utopia realizável” de integração da América do Sul e afirmou que a iniciativa “pode e deve” ser ampliada para o estabelecimento de um Parlamento sul-americano.



RIGOR Papaléo propõe reclusão de dois a quatro anos para responsáveis por danos à saúde

Projeto de Papaléo disciplina uso de inseticidas

A disciplina da utilização de inseticidas em atividades de saúde pública é o que estabelece projeto apresentado pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP). A proposta determina que apenas inseticidas registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) poderão ser utilizados em atividades de saúde pública, sob responsabilidade de autoridade sanitária. Também exige, para o registro do inseticida, o cumprimento dos requisitos fixados por órgãos federais responsáveis pela saúde, o meio ambiente e a agricultura.

O projeto de Papaléo prevê a responsabilidade administrativa, civil e penal pelos danos causados à saúde de trabalhadores e de terceiros, e ao meio ambiente, decorrentes da utilização de inseticidas em atividades de saúde pública. A proposta estabelece ainda que a empresa que comercializar produto em desacordo com as especificações registradas sujeitará seu responsável à reclusão de dois a quatro anos, além de multa.

– O problema da intoxicação de agentes de saúde por inseticidas usados no combate a vetores não é novo. Por ocasião da redação do Plano Diretor de Erradicação do *Aedes aegypti* do Brasil, há quase oito anos, em 1996, a questão foi devidamente introduzida, reconhecendo-se então a existência de alta incidência de acidentes, com prevalência de intoxicação crônica por inseticidas de trabalhadores em campo – observou Papaléo.

Ele lamentou que a situação tenha sido agravada pela maneira imprópria com que os governos federal e estaduais trataram a questão trabalhista de milhares de mata-mosquitos.

Audiências na CCJ não afetarão reuniões ordinárias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu ontem sugestão dos senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que as audiências do colegiado não sejam mais realizadas nos horários reservados às suas reuniões ordinárias (quartas-feiras, às 10h). A decisão foi tomada depois que o presidente da

comissão, Edison Lobão (PFL-MA) – foto – alertou sobre a existência, somente na pauta de ontem, de cinco requerimentos solicitando debates sobre projetos.

A medida já vale para a audiência, aprovada ontem, que vai discutir o projeto de César Borges (PFL-BA) sobre a perda de mandato eletivo, que só poderia ocorrer

após sentença transitada em julgado. Serão convidados os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence (este também membro do Tribunal Superior Eleitoral); o jurista Torquato Jardim; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Nicolau Dino; entre outros.



Célio Azeredo

Especialistas defendem a criação de conselhos de arquitetura e urbanismo

Projeto de José Sarney será votado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais



DISCUSSÃO CAS debate o assunto em audiência pública com a participação de presidentes das principais entidades do setor

Proposta de regulamentação do exercício da arquitetura e do urbanismo, bem como criação do respectivo conselho federal e conselhos regionais, foi debatida ontem, com especialistas, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), tramita em caráter terminativo no colegiado.

Na audiência pública solicitada pelo relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a maioria dos debatedores apoiou a criação de órgãos próprios para fiscalização profissional da arquitetura e urbanismo. O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Haroldo Pinheiro, disse que essa prática é adotada nos principais países do mundo. No Brasil, engenheiros e arquitetos

estão agrupados no sistema Confea/Creas (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e conselhos regionais).

Mas, para o presidente do Confea, Wilson Lang, o projeto (PLS 347/03) que separa as profissões de engenheiro-arquiteto e engenheiro-urbanista das demais especializações da profissão de engenheiro, regulamentada há quase 70 anos, resultaria em enfraquecimento das categorias profissionais. Para ele, engenharia e arquitetura são profissões interligadas e fazem parte de uma mesma

estrutura orgânica de trabalho.

No entender do arquiteto e ex-governador do Paraná Jaime Lerner, a criação dos conselhos melhorará tanto a formação acadêmica quanto a própria fiscalização da atividade. Lerner, que é presidente da União Internacional dos Arquitetos (UIA), ressaltou que a separação das profissões tem também o mérito de contribuir para o aperfeiçoamento da engenharia e da arquitetura.

O presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, Urbanistas e Engenheiros Agrônomos (FNA), Eduardo Bimbi,

também apoiou a criação dos conselhos. Já Antônio de Pádua Angelim, presidente da Confederação das Federações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab), sustentou que o assunto não é consenso entre os arquitetos.

“Pleito justo”

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que é favorável à aprovação do projeto, enalteceu a realização da audiência pública observando que ela foi “extremamente rica” e que o pleito dos arquitetos “é justo”. Aelton Freitas (PL-MG) disse que existe no país uma grande mobilização em defesa dos conselhos dos arquitetos.

Ana Júlia Carepa (PT-PA), que é arquiteta, também apóia o pleito dos profissionais, já que, conforme observou, vai melhorar a fiscalização de obras e da própria profissão. O mesmo pensamento tem Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), mas manifestou preocupação quanto ao aspecto legal. Ele afirmou que os membros da CAS encontrarão uma fórmula jurídica que não fira a Constituição.

Jucá quer deliberações sobre transgênicos restritas à CTNBio

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu aos parlamentares que, antes de votarem o projeto sobre biossegurança, considerem o apelo do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) no sentido de que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) seja o único órgão responsável para deliberar sobre transgênicos.

Jucá observou que, para a Fapesp, a legislação proposta pelo governo “criará



DEFESA Jucá apóia pleito da fundação de pesquisa do estado de São Paulo

José Cruz

obstáculos à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em um setor no qual a transferência de tecnologia é extremamente rápida”.

Para o senador, a grande inovação da proposta (PLC 9/04) é a criação do Sistema de Informações em Biossegurança (SIB) na área do Ministério de Ciência e Tecnologia. O órgão fará a gestão de informações provenientes de análises, monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvem organismos modificados.

Crivella alerta para crise da saúde no Rio

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse ontem que a morte de crianças em hospitais públicos do Rio de Janeiro revelam o abandono da saúde no estado. “Foram 15 crianças inocentes e um adulto que morreram nos hospitais municipais, por falta de pessoal e de controle de qualidade”, afirmou.

Ele enfatizou que considera essas mortes “casos de polícia” e apelou ao presidente da República e ao ministro da Saúde para que, dado o tamanho da crise no setor, adotem a lei que autoriza os profissionais de saúde dos hospitais e dos órgãos de governo a terem jornada de trabalho de oito horas diárias.

Crivella explicou que, embora a lei tenha sido aprovada em 1997, “não houve um profissional da área médica que tenha requerido a nova jornada e que a tenha conseguido”.

Garimpo enriquece índios em Rondônia, diz Fraga

Segundo deputado, haveria mais corpos de garimpeiros enterrados na reserva Roosevelt

Célio Azevedo



DENÚNCIAS Alberto Fraga depõe na Comissão das Questões Fundiárias, ao lado de Mozarildo Cavalcanti e Delcídio Amaral

Nova tentativa de ouvir depoimento do coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) de Rondônia, Walter Bloss, sobre a morte de garimpeiros será feita hoje, às 10h, pela Comissão das Questões Fundiárias. O depoimento será sigiloso. Walter Bloss deveria ter sido ouvido ontem sobre o assassinato de 34 garimpeiros na reserva Roosevelt, em Rondônia, no mês passado, mas apresentou atestado médico, informando não poder comparecer ao Senado.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse esperar que Bloss esteja bem o bastante para comparecer à reunião. Na ausência do depoente, o deputado Alberto Fraga (PTB-DF) – que faz parte de comissão semelhante na Câmara dos

Deputados – narrou ontem a viagem que fez à reserva.

Fraga contou que os garimpeiros assassinados foram submetidos a atrocidades, afirmou que os índios da reserva são ricos – um deles possui uma mansão de R\$ 4 milhões, segundo informou – e pediu providências urgentes das autoridades para os conflitos.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) declarou ter recebido correspondência do município de Naviraí (MS) denunciando a iminência de um grande con-

flito indígena no município vizinho de Sete Quedas. Há no local uma pendência fundiária entre índios e proprietários de terras legalizadas.

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ter ficado impressionado com as informações fornecidas pelo deputado Fraga. Raupp destacou ainda ter notícias de que há muito mais corpos de garimpeiros enterrados na reserva.

A comissão externa foi formada para verificar os conflitos fundiários em terras indígenas.

Juvêncio acusa Funai por conflito em Sete Quedas

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) mostrou-se preocupado com a possível deflagração de um conflito entre índios e proprietários rurais no município de Sete Quedas, Mato Grosso do Sul. O alerta partiu do prefeito



Roosevelt Pinheiro

COMPETÊNCIA Para Juvêncio, “Funai subverte a ordem ajudando a invadir terras”

de Naviraí, Euclides Antonio Fabris, que acusou a Fundação Nacional do Índio (Funai) de promover a criação de uma aldeia indígena com área superior a 20 mil hectares, a ser chamada “Sombreiro”, em áreas produtivas, legalizadas e ratificadas pelo Incra.

– A Funai subverte a ordem jurídica ajudando a invadir terras tituladas e produtivas por indígenas – afirmou Juvêncio,

cobrando, em seguida, a demissão do presidente do órgão, Mércio Gomes.

De acordo com o senador Juvêncio da Fonseca, toda e qualquer demarcação de terra indígena deve ser submetida ao Congresso Nacional.

Sobre o assunto, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) lembrou ter apresentado projeto de lei propondo que o Parlamento se pronuncie sobre a ampliação de reservas indígenas já demarcadas (PLS 46/01).

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PFL-SP) cobraram a presença de autoridade do Estado para resolver a questão.

Prefeita fala sobre crime na reserva indígena

Lúcia Teresa, prefeita do município de Espigão d'Oeste, em Rondônia, esteve ontem na Comissão Temporária Externa de Assuntos Fundiários, criada para analisar os conflitos agrários em terras envolvendo indígenas em diversos estados brasileiros.

A prefeita falou aos senadores sobre o assassinato de garimpeiros ocorrido naquele município, no mês passado. Os garimpeiros exploravam minérios na reserva Roosevelt. A comissão é presidida por Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Patrícia quer rigor contra a prostituição infantil

Como presidente da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil e como vice-líder do governo, a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) cobrou respostas concretas do Executivo no combate à prostituição infantil.

– Nada foi feito até o dia de hoje. Venho cobrar publicamente o que já fizemos várias vezes pessoalmente – afirmou a senadora, lembrando que o presidente Lula disse, na primeira reunião ministerial, que o combate a esse tipo de crime seria prioridade.

Patrícia comentou alguns dos casos investigados pela CPI desde junho do ano passado, apresentados por algumas das dezenas de pessoas ouvidas nas dez audiências públicas e oito sessões temáticas. Ela citou, entre outros, o caso da mãe em Mato Grosso do Sul que deu a filha de dez anos ao amante e da ex-prostituta de Cuiabá (MT) que, aos 18 anos, dizia ter a alma velha. A parlamentar destacou que nem tudo está perdido: destacou a coragem da juíza Suely Alonso, que,



Roosevelt Pinheiro

DESABAFO “Nada foi feito pelo governo até o dia de hoje”, segundo Patrícia Saboya

apoiada pelo Ministério Público e pela sociedade local, desbaratou uma rede de prostituição envolvendo empresários e políticos de Porto Ferreira (SP). Dos 17 denunciados, 15 já cumprem penas não inferiores a 45 anos de prisão.

Patrícia afirmou que, apesar de ter dedicado toda sua vida pública ao tema, viu coisas que nunca imaginou, e destacou o trabalho da relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS). Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu um planejamento efetivo para acabar com o sofrimento das crianças brasileiras.

Heráclito lamenta morte de menores no Piauí

Ao trazer para a reflexão dos senadores episódio ocorrido no último domingo, em Teresina (PI), que envolveu a morte de seis menores em um incêndio no chamado Complexo de Defesa da Cidadania, o senador Heráclito Fortes



Roosevelt Pinheiro

APELO Heráclito espera que governador do Piauí não fique “a ver navios”

(PFL-PI) fez um apelo ao governo federal para que não deixe, mais uma vez, o único governador eleito pelo PT no Nordeste “a ver navios” – uma referência ao governador piauiense Wellington Dias.

Ele esclareceu que as investigações em curso indicam que os próprios menores provocaram o incêndio, mas advertiu que há responsáveis por essa tragédia, “que, a julgar pelos

depoimentos dos representantes de entidades que lidam com o problema, já estava anunciada. Seja pela falta de infraestrutura, seja pela falta de pessoal, mas, acima de tudo, pela falta de uma política clara, da definição de prioridades e ações rápidas”.

Para Heráclito, o gesto do governador de pedir desculpas às famílias das vítimas e reconhecer que o sistema é falho, foi uma atitude correta e digna. Mas, acrescentou, o governo estadual está padecendo dos mesmos males do governo do PT em nível federal. Isso quer dizer, conforme o senador, que “a máquina parou”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Marcelo Crivella e Geraldo Mesquita Júnior